
UMA ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS DE INSTITUIÇÕES DO SETOR FINANCEIRO BRASILEIRO: SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA INSTITUCIONAL

An analysis of the social and environmental indicators of institutions in the brazilian financial sector: under the perspective of institutional theory

Rayssa Cleide de Oliveira

Graduada em Ciências Contábeis pela Universidade Potiguar. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora. Av. Roraima, 1000, Prédio 74 C, Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS. rayssa_cleide@hotmail.com

Andreza Rodrigues de Araújo

Graduada em Administração pela Universidade Federal Rural do Semiárido. Doutoranda em Administração pela Universidade Federal de Santa Maria. Pesquisadora. Av. Roraima, 1000, Prédio 74 C, Camobi, CEP 97.105-900, Santa Maria, RS. andreza.araujo12@hotmail.com

Resumo: O socioambiental é uma temática em crescente discussão, seja no âmbito acadêmico ou nas organizações. Nas organizações, a sua prática e, conseqüentemente, a sua divulgação implicam no processo de legitimação, formando uma estrutura seguindo os moldes da Teoria Institucional. Nesse aspecto, a pesquisa tem como objetivo demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à Teoria Institucional, no período de 2014 a 2016. Para tanto, foram analisados 22 relatórios de sustentabilidade com padrão GRI-G4 de 9 empresas de capital aberto do setor financeiro. Para a análise, utilizou-se de estatística descritiva para calcular o nível de evidenciação dos indicadores. Como resultados, podem-se destacar: aumento na divulgação dos relatórios com padrão GRI-G4, a partir de 2015; a sobressaída das dimensões social e econômica diante da ambiental; e o destaque do Banco do Brasil, com mais indicadores e maior adesão às propostas do GRI-G4. Conclui-se que a maioria das empresas possuem um nível alto de evidenciação, o que pode ser justificado pelo fato de as instituições financeiras buscarem constantemente uma boa imagem, assim como processos padronizados e de boa qualidade, tornando-as mais competitivas no mercado.

Palavras-chave: socioambiental; divulgação; Teoria Institucional; instituições financeiras de capital aberto.

Abstract: Socio-environmental is a topic under increasing discussion, whether in academia or in organizations. In organizations, its practice and, consequently, its dissemination, implies the process of legitimation, forming a structure following the mold of Institutional Theory. In this aspect, the research aims to demonstrate and compare the evolution of the level of disclosure of socio-environmental indicators of publicly traded companies in the Brazilian financial sector and their characteristics related to institutional theory, in the period from 2014 to 2016. To this end, 22 were analyzed sustainability reports with GRI-G4 standard from 9 publicly traded companies in the financial sector. For the analysis, descriptive statistics were used to calculate the level of disclosure of the indicators. The results include: increased dissemination of reports with the GRI-G4 standard, starting in 2015; the prominence of the social and economic dimensions compared to the environmental one and the prominence of Banco do Brasil, with more indicators and greater adherence to the GRI-G4 proposals. It is concluded that most companies have a high level of disclosure, which can be justified by the fact that financial institutions constantly seek a good image, as well as standardized and good quality processes, making them more competitive in the market.

Keywords: socioenvironmental; disclosure; Institutional Theory; publicly traded financial institutions.



Este é um artigo publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que o trabalho original seja corretamente citado.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas acadêmicas voltadas para o socioambiental vêm tornando-se crescentes, o que se dá devido ao grande envolvimento da sociedade e do meio empresarial em torno dessas questões. O socioambiental deixou de ser responsabilidade apenas do governo e voltou-se para o âmbito empresarial, no qual se viu uma oportunidade de geração de valor, impactando diretamente os resultados positivos da empresa (Orellano e Quiota, 2011).

A partir desse ensejo, através do *disclosure*, as empresas divulgam as informações e indicadores socioambientais utilizados, por meio de relatórios, em que contam informações de indicadores financeiros e não financeiros (Cardoso et al., 2014). Nesse contexto, o relatório com maior índice de utilização mundial é o *Global Reporting Initiative (GRI)* (Loureiro, 2015).

O GRI é um relatório desenvolvido com o intuito de demonstrar para os *stakeholders* e *shareholders* quais ações socioambientais vêm sendo adotadas, seguindo o modelo *triple bottom line*, abordando, desse modo, os impactos econômicos, ambientais e sociais das empresas. Como critério de organização, o GRI apresenta uma estrutura de publicação que deve garantir qualidade e veracidade nas informações, tendo periodicidade nas divulgações, podendo ser comparado com relatórios já publicados (GRI, 2011; Garcia et al., 2015).

Nessa perspectiva, as práticas socioambientais adotadas pelas empresas precisam ser legitimadas pelas partes interessadas, impactando o desenvolvimento ao longo do tempo das organizações. A Teoria Institucional traz uma abordagem de estruturação das empresas, sendo construída por moldes sociais (Oliveira et al., 2012).

A evidenciação de informações socioambientais tem se tornado um fator benéfico nas organizações, gerando o aumento de *disclosure* socioambiental, e conseqüentemente a percepção em torno da sua credibilidade como entidade responsável, o que vem gerando inúmeras pesquisas na área (Sampaio et al., 2012). Com vistas ao setor financeiro, embora os impactos socioambientais não sejam tão expressivos quanto em outros setores, com a implementação dessas práticas socioambientais, o setor bancário, por exemplo, apresenta um alto potencial para atender as necessidades da sociedade, principalmente pela concessão de credibilidade e boa imagem para os agentes do setor (Olher et al., 2018). Isso torna ainda mais evidente a esfera estratégica, voltada para construir uma boa reputação para os seus acionistas, fortalecendo o relacionamento com os seus *stakeholders* (Medeiros et al., 2015).

Diante desse cenário, levantou-se o seguinte problema de pesquisa: Qual é o nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro e quais são as suas características relacionadas à teoria institucional? Nessa conjuntura, tem-se como objetivo geral demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto e suas características relacionadas à Teoria Institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório GRI-G4. Por instituições financeiras brasileiras compreendem-se todas as instituições que atuam no Brasil, divulgando as informações contábeis, a despeito de ter sociedade estrangeira (Antunes et al., 2010).

Além deste item introdutório, o artigo estrutura-se da seguinte forma: referencial teórico, abordando dois tópicos: indicadores de desempenho socioambiental e Teoria Institucional. Em seguida, são apresentados os aspectos metodológicos, a análise dos resultados e, por fim, apresentam-se as considerações finais com sugestões para futuras pesquisas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Indicadores de desempenho socioambiental

O surgimento dos indicadores socioambientais deu-se a partir da necessidade de ferramentas de apoio à gestão, com o intuito de operacionalizar o desenvolvimento sustentável (Guevara, 2009). Essas ferramentas facilitam a avaliação, através da mensuração e comparação do grau de sustentabilidade e o seu crescimento econômico. Bellen (2007) afirma que os indicadores têm a função de simplificar as informações sobre acontecimentos complexos, com o intuito de aperfeiçoar o processo de comunicação.

Gallopín (1996) destaca que os indicadores de desenvolvimento sustentável devem atender alguns requisitos universais, como serem passíveis de mensuração, obterem a disponibilização de dados, disporem de uma metodologia coerente, estabelecerem a coleta e análise de dados, disporem de disponibilidade financeira, para a conclusão do trabalho, além de garantirem a credibilidade, perante seus tomadores de decisões. Com isso, os indicadores de desenvolvimento sustentável são constituídos por informações voltadas às inúmeras dimensões sustentáveis, sendo elas: social, ambiental, econômica e institucional (Lima, 2004).

Por meio desses indicadores, é possível julgar o tipo de comportamento social das empresas com os *stakeholders*, tornando-os um meio de comunicação direto com as partes interessadas (Rabelo; Silva, 2011; De Almeida; Callado, 2017). Os indicadores econômicos abordam os impactos da instituição considerando os aspectos econômicos dos *stakeholders* e o sistema econômico local, nacional e global (Di Domenico et al., 2017).

No que tange aos indicadores sociais, é um indicador voltado diretamente para a relação da empresa com os seus *stakeholders*. Como a pesquisa trata de empresas do setor financeiro brasileiro, elas tendem a ter um maior destaque nesse indicador, já que estão situadas na América Latina, com países em desenvolvimento, tornando os aspectos sociais ainda mais necessários de serem atendidos, uma vez que tais instituições têm o dilema de buscar a inserção da população pobre no sistema financeiro (Borba, 2012).

Com relação aos indicadores ambientais, eles devem mensurar vários aspectos críticos, que precisam ser classificados conforme o uso dos recursos e impactos ao meio ambiente (Tannuri, 2013), tendo em vista que as empresas necessitam informar em seus indicadores ambientais sobre questões como: consumo de materiais, consumo de energia, consumo de água, biodiversidade e uso da terra, emissões e poluentes e resíduos (UNCTAD, 2004; Tanzil; Beloff, 2006; GRI, 2006).

Outro ponto importante a ser destacado é que as empresas operam em setores de mercados diferentes, sendo necessário que haja as informações relacionadas a cada setor de atuação (Tannuri, 2013). Como a presente pesquisa irá abordar o setor de empresas financeiras, o GRI (2010) traz as principais informações que devem constar nos indicadores ambientais para o respectivo setor: empréstimo responsável ao consumidor, empréstimo corporativo responsável, microfinanças, seguro ambiental, investimento socioambiental, educação financeira.

A GRI é uma instituição da Holanda, sem fins lucrativos, com o intuito de desenvolver e divulgar as instruções para a produção de relatórios de sustentabilidade corporativa, a serem utilizados e publicados de forma voluntária por empresas de todo o mundo (GRI, 2010). A GRI é considerada um dos maiores esforços para fortalecer várias iniciativas existentes, com o intuito de chegar a um entendimento sobre a avaliação sustentável empresarial (Oliveira et al., 2009; Bassetto, 2010).

Para Gonzalez (2007), o modelo apresenta elevada complexidade, exigindo um tempo significativo para sua construção analítica e contextualização. O autor ainda relata que as empresas que adotam o relatório da GRI deverão formar um grupo de trabalho fundamentado e ter tempo. Segundo Almeida et al. (2017), uma economia global sustentável é aquela em que as instituições

podem mensurar seus desempenhos e impacto econômicos, ambientais e sociais de forma transparente e responsável, com o intuito de um efeito positivo em suas relações com os *stakeholders*, em decisões sobre investimentos e relações do mercado.

A GRI tem o propósito de atender as necessidades, propondo uma estrutura confiável para a criação dos relatórios de sustentabilidade (Almeida; Nascimento Junior; Costa, 2017). O documento que serve de guia para criação dos relatórios sociais, nomeado como “Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade”, da GRI, é conhecido como referência mundial (Carvalho; Siqueira, 2007; Análise Gestão Ambiental, 2012).

Em suma, os indicadores socioambientais serão analisados através dos relatórios GRI de empresas do setor financeiro brasileiro, tendo um padrão global com o qual é possível identificar, mensurar e demonstrar as ações socioambientais utilizadas, tornando-o indispensável para o planejamento, comparação e fechamento de negociações futuras (Leite et al., 2009).

2.2 Teoria Institucional

A Teoria Institucional é definida como o desfecho da convergência de influências de corpos teóricos oriundos da ciência política, da economia e da sociologia, que procuram unir suas propostas a doutrinas de entidades e modelos, condutas, princípios, crenças e de suposições, nos quais acham turmas e instituições (Silva e Gonçalves, 1999). Hodgson (2000) dá continuidade ao pensamento supracitado de que o institucionalismo está ligado às organizações, costumes, princípios e seu desenvolvimento. Com isso, busca compreender o porquê de as instituições seguirem direções de comportamento similares e não distintos.

Brenner e Scott (2007) afirmam que a Teoria Institucional reflete as mudanças vividas nos anos 60 pelas empresas. Com base nisso, destaca-se a relevância atribuída ao vínculo entre as instituições e o ambiente, bem como o caráter limitativo conferido à abordagem racional e instrumental. Ribeiro (2007) afirma que a Teoria Institucional analisa a influência do meio institucional, no qual as entidades estão inseridas, sobre os comportamentos que adotam, com ênfase nas pressões exercidas pelo ambiente ao seu redor. De acordo com Macagnan (2013), a Teoria Institucional auxilia o nascimento de várias teorias diferentes de áreas do conhecimento.

Frezatti et al. (2009) conceituam que a Teoria Institucional é formada por um conjunto de levantamentos teóricos decorrentes da sociologia, economia e ciência política, destacando-se três vertentes principais: nova economia institucional (*New Institutional Economics - NIE*), nova sociologia institucional (*New Institutional Sociology - NIS*) e velha economia institucional (*Old Institutional Economics - OIE*). Scapens (2006) aborda de forma eficiente a origem desses três tipos de Teoria Institucional.

A nova economia institucional dá-se a partir das estruturas utilizadas para operações, seguindo de racionalidade limitada e oportunismo, com o intuito de esclarecer o método com o qual as operações são reguladas e por que as firmas possuem estruturas hierárquicas; a velha economia institucional inicia-se a partir de uma desaprovação do núcleo econômico neoclássico e procura esclarecer a atuação de agentes econômicos, a partir de diretrizes, costumes e organizações; a nova sociologia institucional tem início questionando o porquê de as instituições serem semelhantes e quais são as influências e normas que moldam as entidades (Scapens, 2006).

Guerreiro et al. (2005) afirmam que mesmo que essas teorias tenham diferentes origens e inúmeras raízes filosóficas, elas partilham algo em comum, o interesse pelos temas de instituição e mudanças institucionais.

3 METODOLOGIA

A presente pesquisa configura-se como descritiva, documental e bibliográfica. Utilizando-se de aspectos quantitativos para a sua análise, como descrevem Raupp e Beuren (2006). Para tal, a parte documental foi elaborada por meio de relatórios de sustentabilidade padrão GRI, que foram obtidos tanto no banco de dados da Bolsa de Valores (B3), como também nos sites das próprias instituições financeiras analisadas.

O período de recorte temporal utilizado na busca dos dados foi de 2014 a 2016, conforme as diretrizes para relatórios de sustentabilidade (GRI-G4). Os anos subsequentes não foram incluídos, pois, a partir de 2017, as diretrizes sofreram mudanças para a versão GRI *Standards* 2016.

Para compor a amostra deste estudo, foram selecionadas empresas do setor financeiro (bancário) de capital aberto cadastradas na B3, que publicam relatórios de sustentabilidade padrão GRI-G4. Após a coleta, foi encontrada uma amostra de 9 empresas, assim como um total de 22 relatórios de sustentabilidade, sendo 6 de 2014, 8 de 2015 e 8 de 2016.

O modelo GRI-G4 é composto por 91 indicadores, que se agrupam entre as dimensões econômica, ambiental e social. Para a referida pesquisa, como demonstra o Quadro 1, foram analisados 70 indicadores, tendo a seguinte distribuição: 9 indicadores econômicos, 34 indicadores ambientais e 27 indicadores sociais. É importante ressaltar que na dimensão social foram utilizados apenas os indicadores relacionados às Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente e Sociedade.

Para a análise dos resultados, na última coluna do Quadro 1, foi utilizada a metodologia de Parente et al. (2014), denominada Pontuação Máxima Possível. No momento da identificação dos indicadores em cada relatório, adotou-se a seguinte pontuação: deu-se “0” para o indicador não evidenciado, o valor “1” para a evidenciação parcial e o valor “2” para a evidenciação total.

Quadro 1 – Identificação dos indicadores ambientais e sociais analisados

Indicador	Aspecto	Quantidade de Indicadores	Pontuação Máxima Possível
Econômico	Desempenho Econômico	4	24
	Presença no Mercado	2	13
	Impactos Econômicos Indiretos	2	32
	Práticas de Compra	1	22
Ambiental	Materiais	2	17
	Energia	5	18
	Água	3	11
	Biodiversidade	4	1
	Emissões	7	17
	Efluentes e Resíduos	5	16
	Produtos e Serviços	2	11
	Conformidade	1	18
	Transportes	1	18
	Geral	1	14
	Avaliação Ambiental de Fornecedores	2	27
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos Ambientais	1	8

Indicador	Aspecto	Quantidade de Indicadores	Pontuação Máxima Possível
Práticas Trabalhistas e Trabalho Decente (Social)	Emprego	3	27
	Relações Trabalhistas	1	14
	Saúde e Segurança no Trabalho	4	19
	Treinamento e Educação	3	37
	Diversidade e Igualdade de Oportunidades	1	23
	Igualdade de Remuneração entre Homens e Mulheres	1	22
	Avaliação de Fornecedores em Práticas Trabalhistas	2	22
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Práticas Trabalhistas	1	23
Sociedade (Social)	Comunidades Locais	2	20
	Combate à Corrupção	3	23
	Políticas Públicas	1	21
	Concorrência Desleal	1	6
	Conformidade	1	17
	Avaliação de Fornecedores em Impactos na Sociedade	2	15
	Mecanismos de Queixas e Reclamações Relacionadas a Impactos na Sociedade	1	6
Total Geral	70	562	

Fonte: Baseada na pesquisa dos autores De Almeida e Callado (2017), nas Diretrizes para Relatórios de Sustentabilidade GRI-G4 e Parente et al. (2014).

Desse modo, a pontuação de cada empresa foi definida por meio da razão entre a pontuação obtida pela empresa e a pontuação máxima possível. Os dados foram agrupados no *software Excel®* e posteriormente tabulados no *SPSS®* versão 21. Ademais, para determinar o nível de *disclosure* dos aspectos, mediu-se a média dos indicadores referente a cada aspecto; para a mensuração do nível de *disclosure* das dimensões, mediu-se a média dos aspectos.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da análise da evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais em empresas do setor financeiro brasileiro de capital aberto, no período de 2014 a 2016. A análise tem como base as diretrizes da GRI-G4 e considera as características institucionais das organizações, conforme pressupostos da Teoria Institucional.

A Tabela 1 traz as estatísticas descritivas, analisadas por ano, considerando as dimensões econômica, ambiental e social (Práticas Trabalhistas, Trabalho Decente e Sociedade).

Tabela 1 – Estatísticas descritivas das dimensões analisadas

Período	Nº de Relatórios de Sustentabilidade	Estatística descritiva	Dimensões (Econômica, Ambiental e Social)
2014	6	Média	0,5033
		Desvio-padrão	0,2776
		Máximo	0,8000
		Mínimo	0,2500
2015	8	Média	0,6933
		Desvio-padrão	0,4126
		Máximo	1,1300
		Mínimo	0,3100

Período	Nº de Relatórios de Sustentabilidade	Estatística descritiva	Dimensões (Econômica, Ambiental e Social)
2016	8	Média	0,6767
		Desvio-padrão	0,3353
		Máximo	1,0200
		Mínimo	0,3500

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme descrito na Tabela 1, percebeu-se um aumento na divulgação dos relatórios com padrão GRI-G4, tendo em vista que no ano de 2014 apenas 6 relatórios foram publicados, e nos anos seguintes, 2015 e 2016, foi apresentado um total de 8 relatórios em cada ano. Essa ascensão também pode ser vista nos resultados das médias das três dimensões que possuem nível de *disclosure* acima de 50%, 2014 (50,33%), 2015 (69,33) e 2016 (67,67%), em que o pico mais alto foi no ano de 2015.

Tais níveis acima da média de evidenciação estão atrelados ao fato de as instituições estarem buscando cada vez mais demonstrar uma relação mais próxima com o socioambiental, buscando alternativas que minimizem os efeitos causados por elas próprias no meio em que estão inseridas e, conseqüentemente, construindo uma relação mais forte com os seus *stakeholders* (Silva et al., 2015). A própria Federação Brasileira de Bancos (Febraban) divulga relatórios com padrão GRI desde o ano de 2009, equivalendo a mais de dez anos de divulgação, com o intuito de consolidar a imagem e o posicionamento do sistema financeiro para o cumprimento do desenvolvimento sustentável do País (Febraban, 2015).

Analisando-se a Tabela 2, têm-se os resultados das médias por dimensão, como pode ser visto, a dimensão social e a econômica tiveram destaque sobre a ambiental com médias próximas, 57% e 51%, respectivamente. Com médias maiores nos indicadores sociais, assim como foi observado em Antunes et al. (2010), que analisaram esse mesmo contexto, no período temporal de 2007 a 2009, e Nogueira e Faria (2012), que realizaram uma investigação no ano de 2009. O que demonstra que tais indicadores apresentam uma tendência de evidenciação pelas instituições financeiras.

Tabela 2 – Nível de *disclosure* das dimensões do GRI

Período	Nº de Relatórios de Sustentabilidade	Estatística descritiva	Dimensão Econômica	Dimensão Ambiental	Dimensão Social
2014	6	Média	0,15	0,29	0,48
2015	8	Média	1,18	0,38	0,64
2016	8	Média	0,20	0,39	0,59
Média do período			0,51	0,35	0,57

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Nesse aspecto, a pesquisa demonstra ainda que duas instituições apresentaram índices sociais elevados de divulgação, sendo elas: Banco do Brasil e Banco Bradesco, resultado que se assemelha ao de Schwach et al. (2014). A pesquisa ainda mostra que os indicadores ambientais apresentaram uma média baixa, 33%, ao se analisar os aspectos dos indicadores ambientais, sendo identificado que o aspecto Biodiversidade ocasionou esse resultado, já que foi evidenciado apenas por um banco no período de 2015.

É importante ressaltar que empresas do setor bancário têm há mais tempo adesão aos relatórios padrões de GRI, tendo também maior comprometimento com as diretrizes, além de possuir ações listadas no novo mercado, implicando na segurança quanto ao atendimento da governança corporativa e tornando-se mais reconhecidas pelos investidores do mercado de capitais (Oliveira et al., 2014).

A Tabela 3 reforça que o ano de 2015 teve maior *disclosure* dos indicadores com um percentual de 2,97%. Observa-se também que, com relação aos indicadores em geral, a pesquisa demonstra alto nível de evidenciação em todos os períodos, sendo considerado algo positivo, diante da quantidade de indicadores existentes.

Dentre os aspectos referentes aos indicadores, o que mais teve destaque dentre os períodos analisados foi o de Treinamento e Educação (Dimensão Social), mostrando a preocupação das instituições com ferramentas de gestão que impactam o desenvolvimento da carreira dos seus colaboradores.

Tabela 3 – Nível de *disclosure* dos indicadores GRI

Período	Nº de Indicadores GRI	Média
2014	70	2,16
2015	70	2,97
2016	70	2,90
Média do período		2,68

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Por fim, os resultados dispostos no Quadro 2 apresentam a pontuação geral de cada instituição financeira, com base nos cálculos da pontuação máxima utilizada por Parente *et al.* (2014).

Quadro 2 – Quantitativo de evidenciação das instituições financeiras, separado por ano

Ano	Empresas listadas								Total
	Banco do Brasil	Banco do Nordeste	Bradesco	Itaú	Santander	Banco Pine	Banco Estado do Pará	Banco Amazonas	
2014	44	15	0	32	28	12	0	20	151
2015	44	16	21	36	28	12	27	24	208
2016	52	17	37	1	19	13	42	22	203
Total	140	48	58	69	75	37	69	66	562

Fonte: Dados da pesquisa (2021).

Conforme os dados apresentados no Quadro 2, o Banco do Brasil é a instituição financeira que mais se destacou com uma pontuação de 140, apresentando em seu relatório uma evidenciação maior dos indicadores, como também maior aderência às propostas do GRI-G4; tal resultado é congruente com as pesquisas de Schwach *et al.* (2014) e Melo (2019). Logo em seguida, têm-se os bancos Santander (75), Itaú (69) e Estado do Pará (69). É possível identificar que apenas dois bancos apresentaram pontuação abaixo de 50: o Banco Pine (37) e Banco do Nordeste (48).

Essa alta evidenciação por parte das instituições é condizente com a premissa de que organizações do mesmo setor de atuação apresentam práticas semelhantes pelo fato de pertencerem ao mesmo ambiente institucional e por vivenciarem os mesmos tipos de pressões legais, socioambientais e legislações voltadas ao socioambiental (Almeida *et al.*, 2016). Ademais, as divulgações de relatórios socioambientais, conforme o padrão GRI, por parte das instituições financeiras supracitadas, podem ser compreendidas como uma forma de estruturação ou adoção de um padrão ideal, atuando como um mecanismo de legitimação organizacional (Oliveira *et al.*, 2013).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo visa, mediante objetivo geral, demonstrar e comparar a evolução do nível de evidenciação dos indicadores socioambientais de empresas do setor financeiro brasileiro de ca-

pital aberto e suas características relacionadas à Teoria Institucional, no período de 2014 a 2016, tendo como base o relatório GRI-G4. Conforme os resultados encontrados, é possível perceber um aumento na divulgação dos relatórios com padrão GRI-G4, no ano de 2015, seguindo a mesma média no ano subsequente.

Um fator positivo observável é o esforço das instituições em evidenciar um vínculo mais estreito com as questões socioambientais, buscando minimizar os impactos causados por suas próprias atividades e fortalecer a relação com seus *stakeholders*.

Com base no nível de *disclosure*, as dimensões social e econômica se sobressaíram com relação à ambiental, com médias próximas, respectivamente, 57% e 51%. Os indicadores sociais tiveram maior atuação e divulgação no Banco do Brasil e Banco Bradesco, com uma média maior do que as demais empresas da amostra. Segundo o nível de *disclosure* dos indicadores GRI-G4, o ano de 2015 apresentou um percentual alto de 2,97%, e em relação à quantidade de indicadores existentes, os resultados foram considerados positivos.

Houve destaque no aspecto referente aos indicadores Treinamento e Educação (Dimensão Social), o que mostra que as instituições se preocupam com as ferramentas utilizadas por seus gestores para alavancar suas carreiras e conseqüentemente contribuir para o desenvolvimento das instituições. Perante os dados encontrados, a instituição financeira que mais se destacou em relação à divulgação dos seus relatórios, com maiores indicadores e adesão as propostas do GRI-G4, foi o Banco do Brasil, o que pode ser percebido na atuação do banco em várias políticas públicas, que buscam promover o desenvolvimento sustentável do País por meio de produtos que minimizam problemas sociais e ajudam no crescimento regional. Como alguns exemplos, têm-se: o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES), o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (Pronaf), o Microcrédito Produtivo Orientado (MPO) e o BB Crédito Acessibilidade (Brito, 2014).

Diante do exposto, todos os objetivos propostos nesta pesquisa foram alcançados. Para pesquisas futuras, sugerem-se estudos comparativos do nível de evidenciação de indicadores socioambientais de outros segmentos, que podem ser empresas, nacionais ou internacionais, além de abranger um período de recorte maior entre os anos selecionados e utilizar outras técnicas de estatísticas, como ANOVA, para análise e comparação entre as médias da amostra.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, H. J. L.; NASCIMENTO JUNIOR, E. R.; COSTA, A. J. B. Práticas de Sustentabilidade Corporativa no Brasil: Análise das Instituições Financeiras Integrantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial. **Revista Gestão e Desenvolvimento**, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 84–99, 2017. <https://doi.org/10.25112/rgd.v14i1.898>

ALMEIDA, T. A.; SILVA, J. D.; OLIVEIRA, M. C. Responsabilidade social corporativa e a influência de aspectos do ambiente institucional: uma análise no setor bancário brasileiro. **Revista Universo Contábil**, v. 11, n. 4, p. 44-62, 2016. <https://doi.org/10.4270/ruc.2015431>

ALMEIDA, K. K. N.; CALLADO, A. L. C. Indicadores de desempenho ambiental e social de empresas do setor de energia elétrica brasileiro: uma análise realizada a partir da ótica da Teoria Institucional. **Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade**, v. 7, n. 1, p. 222-239, 2017. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v7i1.2683>

ANÁLISE GESTÃO AMBIENTAL. **Mais de 800 empresas brasileiras e suas boas práticas em gestão ambiental**. Imp. IBEP gráfica, São Paulo. p. 273, 2012.

- ANTUNES, M. T. P.; MILANI FILHO, M. A. F.; CONDINI, P. H. Indicadores de sustentabilidade de instituições financeiras: uma análise evolutiva da evidenciação voluntária baseada no relatório GRI. *In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CUSTOS*, 17., **Anais...** 2010, Belo Horizonte: ABC, 2010. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/download/750/750> Acesso em: 30 março 2023
- BASSETTO, L. I. A incorporação da responsabilidade social e sustentabilidade: um estudo baseado no relatório de gestão 2005 da companhia paranaense de energia - COPEL. **Gestão & Produção**, v. 17, n. 3, p. 639-651, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2010000300016>
- BELLEN, H. M. V. **Indicadores de sustentabilidade: uma análise comparativa**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BRENNER, S.; SCOTT, R. The mathematical theory of finite element methods. **Springer Science & Business Media**, 2007.
- BRITO, L. M. T. **Relevância dos investimentos socioambientais: estudo de caso Banco do Brasil e Fundação Banco do Brasil**. 2014. 74 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2014. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/31243>
- BORBA, P. R. F. **Relação entre desempenho financeiro e desempenho social de instituições de microfinanças na América Latina**. 2012. Tese (Doutorado em Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012. <https://doi.org/10.11606/T.12.2012.tde-15082012-133426>
- CARDOSO, V. I. C.; DE LUCA, M. M. M; GALLON, A. V. Reputação corporativa e o disclosure socioambiental de empresas brasileiras. **Journal of Accounting, Management and Governance**, v. 17, n. 2, p. 26-44, 2014.
- CARVALHO, F. M., SIQUEIRA, J. R. M. Análise da Utilização dos Indicadores Essenciais da Global Reporting Initiative nos Relatórios Sociais de Empresas Latino-Americanas. **Pensar Contábil**, v. 9, p. 14-22, 2007.
- DI DOMENICO, D.; TORMEM, L.; MAZZIONI, S. Nível de disclosure nos relatórios de sustentabilidade em conformidade com o Global Reporting Initiative (GRI). **Revista Catarinense da Ciência Contábil**, v. 16, n. 49, p. 84-100, 2017. <https://doi.org/10.16930/rccc.v16n49.2401>
- FEBRABAN – FEDERAÇÃO BRASILEIRA DOS BANCOS. Bancos e Desenvolvimento Sustentável. Fevereiro de 2015. Disponível em: <https://relatorioanual.febraban.org.br/pt/01.htm>. Acesso em: 07 fev. 2021.
- FREZATTI, F.; NASCIMENTO, A. R.; JUNQUEIRA, E. Desenvolvimento da pesquisa em Contabilidade Gerencial: as restrições da abordagem monoparadigmática de Zimmerman. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 49, p. 6-24, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000100002>
- GALLOPÍN, G. C. Environmental and sustainability indicators and the concept of situational indicators. A systems approach. **Environmental modeling & assessment**, v. 1, n. 3, p. 101-117, 1996. <https://doi.org/10.1007/BF01874899>

GARCIA, S.; CINTRA, Y. C.; RIBEIRO, M. S.; DIBBERN, B. R. S. Qualidade da divulgação socioambiental: um estudo sobre a acurácia das informações contábeis nos relatórios de sustentabilidade. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 12, n. 25, p. 67-94, 2015. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p95>

GUERREIRO, R.; FREZATTI, F.; LOPES, A. B.; PEREIRA, C. A. O entendimento da contabilidade gerencial sob a ótica da Teoria Institucional. **Organizações & Sociedade**, v. 12, n. 35, p. 91-106, 2005. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302005000400005>

GUEVARA, A. J. H.; ROSINI, A. M.; SILVA, J. U. D.; RODRIGUES, M. C. **Consciência e desenvolvimento sustentável nas organizações**. Rio de Janeiro: Campus, 2009.

GRI - GLOBAL REPORTING INITIATIVE. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade – Versão 3.0**, 2006.

_____. **Conjunto de Protocolos de Indicadores de Meio Ambiente, versão GRI G3**. 2021. Disponível em: <http://www.globalreporting.org>. Acesso em: 29 jan. 2021.

_____. **Diretrizes para Relatório de Sustentabilidade**. 2011. Disponível em: <https://www.globalreporting.org/resourcelibrary/Brazilian-Portuguese-G3.1.pdf>. Acesso em: 29 jan. 2021.

HODGSON, G. M. What is the essence of institutional economics? **Journal of economic issues**, v. 34, n. 2, p. 317-329, 2000. <https://www.jstor.org/stable/4227559>

LEITE FILHO, G. A.; PRATES, L. A.; GUIMARÃES, T. N. Análise os níveis de evidenciação dos relatórios de sustentabilidade das empresas brasileiras A+ do Global Reporting Initiative (GRI) no Ano de 2007. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 3, n. 7, p. 43-59, 2009. <http://dx.doi.org/10.11606/rco.v3i7.34749>

LIMA, L. H. Contabilidade ambiental – avanços internacionais e atraso no Brasil. *In*: CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO RIO DE JANEIRO, 1., **Anais...** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

LOUREIRO, D. Q. **Estudo comparativo entre a evidenciação de indicadores socioambientais e o desempenho nas companhias latino-americanas de capital aberto**. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Programa de Pós-graduação em Administração e Controladoria, Fortaleza - CE, 2015. <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/32795>

MACAGNAN, C. B. Teoría institucional: escrito teórico sobre los protagonistas de la escuela institucionalista de economía (Institutional Theory: A Review of the Main Representatives of the Institutional School of Economics). **BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos**, v. 10, n. 2, p. 130-141, 2013. <https://ssrn.com/abstract=2747340>

MEDEIROS, M. S. B.; BARBOSA, R. F.; SOUSA, J. E.; ALEXANDRE, S.N.; OLIVEIRA, C. G. O. Gestão ambiental e sustentabilidade: Um estudo de caso na agência do Banco do Brasil de Alagoa Nova/PB. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, v. 19, n. 3, p. 256-273, 2015. <http://dspace.bc.uepb.edu.br:8080/xmlui/handle/123456789/3213>

MELO, G. E. A. **Avaliação da relação entre evidenciação das práticas ambientais e sociais no desempenho financeiro de empresas do setor bancário**. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) - Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade, Fortaleza, 2019.

NOGUEIRA, E. P.; FARIA, A. C. Sustentabilidade nos principais bancos brasileiros: uma análise sob a ótica da Global Reporting Initiative. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 4, p. 119-139, 2012. <https://doi.org/10.4270/ruc.20128>

OLIVEIRA, M. C.; LUCA, M. M. M.; PONTE, V. M. R.; PONTES JUNIOR, J. É. Disclosure of social information by Brazilian companies according to United Nations indicators of corporate social responsibility. **Revista Contabilidade & Finanças**, v. 20, n. 51, p. 116-132, 2009. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772009000300008>

OLIVEIRA, M. A. S.; CAMPOS, L. M. D. S.; SEHNEM, S.; ROSSETTO, A. M. Relatórios de sustentabilidade segundo a Global Reporting Initiative (GRI): uma análise de correspondências entre os setores econômicos brasileiros. **Produção**, v. 24, n. 2, p. 392-404, 2014. <https://doi.org/10.1590/S0103-65132013005000064>

OLIVEIRA, M. C.; ARAÚJO JÚNIOR, J. F.; OLIVEIRA, O. V.; PONTE, V. M. R. Disclosure social de empresas brasileiras e britânicas à luz da Teoria Institucional. **ASAA - Advances in Scientific and Applied Accounting**, v. 5, n. 1, p. 2-26, 2012. <https://doi.org/10.14392/ASAA/2012050101>

OLHER, C. C.; MELO, M. F. D. S.; SOUZA, R.; SILVA, W. L.C. Estratégia de responsabilidade social corporativa no setor bancário: análise da atuação socioambiental do Bradesco e Itaú Unibanco. **Revista Metropolitana de Sustentabilidade**, v. 8, n. 1, p. 116-131, 2018. <https://revistaseletronicas.fmu.br/index.php/rms/article/view/1387>

ORELLANO, V. I. F.; QUIOTA, S. Análise do retorno dos investimentos socioambientais das empresas brasileiras. **Revista de Administração de Empresas**, v. 51, n. 5, p. 471-484, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0034-75902011000500005>

PARENTE, P. H. N.; MOTA, A. F.; CABRAL, A. C. A.; SANTOS, S. M.; BRANDÃO, I. F. Teoria Institucional e Disclosure de Sustentabilidade: uma investigação no setor de energia elétrica. **RACE – Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Joaçaba, v. 13, n. 3, p. 889-918, set./dez., 2014. <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/4202>

RABELO, N. S.; SILVA, C. E. Modelos de indicadores de responsabilidade socioambiental corporativa. **Revista Brasileira de Administração Científica**, v. 2, n. 1, p. 5-30, 2011. <https://doi.org/10.6008/ESS2179-684X.2011.001.0001>

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências. Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2006. p. 76-97.

RIBEIRO, V. **La gestion medioambiental en las Entidades Públicas Locales Portuguesas**. Una Perspetiva Contable. Tese (Doutoramento) – Universidad de Santiago de Compostela, España, 2007.

SAMPAIO, M. S.; GOMES, S. M. S.; BRUNI, A. L.; DIAS FILHO, J. M. Evidenciação de informações socioambientais e isomorfismo: um estudo com mineradoras brasileiras. **Revista Universo Contábil**, v. 8, n. 1, p. 105-122, 2012. <https://doi.org/10.4270/ruc.20128>

SILVA, C. L. M.; GONÇALVES, S. A. **Nota técnica: a teoria institucional**. In: CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (Orgs. Brasil). *Handbook de estudos organizacionais: modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais*. São Paulo: Atlas, 1. 218-225.

SCAPENS, R. W. Understanding management accounting practices: A personal journey. **The British Accounting Review**, v. 38, n. 1, p. 1-30, 2006. <https://doi.org/10.1016/j.bar.2005.10.002>

SCHWACH, R. G.; CÉSAR, R. D. S.; MACHADO JÚNIOR, C.; PALMISANO, A. A aderência dos relatórios de sustentabilidade das instituições financeiras ao modelo GRI. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, n. 14, p. 183-201, 2014.

SILVA, G. D.; GONÇALVES, M. N.; MORAES, R. de O. **Global Reporting Initiative (GRI):** uma análise da adesão as diretrizes pelas empresas listadas no novo mercado sob a perspectiva das teorias institucional e da legitimidade. 2015.

TANNURI, G. **Indicadores de desempenho ambiental evidenciados nos relatórios de sustentabilidade:** uma análise à luz de atributos de qualidade. 2013. 232f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Programa de Pós-Graduação em Contabilidade, Florianópolis, 2013.

TANZIL, D.; BELOFF, B. R. Assessing impacts: Overview on sustainability indicators and metrics. **Environmental Quality Management**, v. 15, n. 4, p. 41-56, 2006. <https://doi.org/10.1002/tqem.20101>

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE OF TRADE AND DEVELOPMENT. **A Manual for the Preparers and Users of Eco-efficiency Indicators.** New York e Geneva, 2004.